

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Órigo Energia mira economia de ‘pequenas’ para dobrar de tamanho em 2019	1
Título: Sob pressão, presidente da Vale deixa gestão	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO	4
Título: Mudança do clima suscita teorias da conspiração à esquerda e à direita	5
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Avança a asfixia econômica da ditadura chavista	10
Título: Presidente da Vale deve deixar o comando da empresa	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Presidente da Vale é afastado	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/03/2019

Seção: Economia

Autor: LUCIANA COLLET

Título: Órigo Energia mira economia de ‘pequenas’ para dobrar de tamanho em 2019

É o investimento necessário para constituir uma fazenda solar com 20 mil painéis que geram 5 MW ao mês

Sol a pino. O crescente interesse de pequenas e médias empresas na energia solar como alternativa para economizar com custos de luz levou a Órigo Energia a planejar mais que dobrar sua capacidade instalada. Para dar tal passo, vai investir mais de R\$ 100 milhões que visam a possibilitar duplicar sua base de clientes. A empresa possui atualmente quatro fazendas solares em Minas Gerais e quer construir mais cinco neste ano. Cada fazenda conta com investimento aproximado de R\$ 25 milhões, com cerca de 20 mil painéis solares e é capaz de gerar 5 MW ao mês.

Aluga-se. A Órigo Energia trabalha com o modelo de negócios em que consumidores fazem a assinatura mensal de um lote de painéis da fazenda solar. O volume de energia produzido em cada lote alugado é descontado ao fim do mês na conta de energia do cliente. Na primeira fazenda solar instalada pela Órigo, no município mineiro de João Pinheiro, a economia gerada em 2018 na conta de luz dos clientes foi de um total de R\$ 230 mil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/03/2019

Seção: Economia

Autor: MONICA SCARAMUZZO, RENATA BATISTA e LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Sob pressão, presidente da Vale deixa gestão

Pressionados pelo Ministério Público Federal, presidente e três diretores pediram afastamento temporário da gestão da mineradora

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, pediu afastamento temporário da empresa. Membros da força-tarefa que investiga rompimento da barragem de Brumadinho pressionaram o conselho da mineradora pela sua saída do comando.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, e três diretores da mineradora apresentaram ontem cartas ao Conselho de Administração da empresa solicitando o afastamento temporário do comando da companhia. O conselho se reuniu ontem à tarde por teleconferência e aceitou os pedidos.

A decisão foi tomada por causa das pressões de integrantes da força-tarefa que investiga o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que deixou 186 mortos e 122 pessoas desaparecidas. Um documento com o pedido de afastamento deles da direção da empresa, assinado por representantes do

Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG) e Polícia Federal foi entregue na sexta-feira a advogados da empresa.

A força-tarefa pedia ainda que empregados não compartilhassem nenhuma informação profissional com as pessoas cuja saída da Vale foi recomendada. Além do presidente, também integram o grupo citado pela força-tarefa o diretor executivo de ferrosos e carvão, Gerd Peter Poppinga, o diretor de planejamento, Lúcio Flávio Gallon Cavalli, e o diretor de operações do corredor sudeste, Silmar Magalhães Silva.

Na carta, a qual o Estado teve acesso, Schvartsman afirma: “Tomei a decisão, nesta hora, em benefício da continuidade das operações da companhia e do apoio às vítimas e a suas famílias, de solicitar a esse Conselho, respeitosamente, que aceite o pedido de meu afastamento temporário das funções de diretor presidente da Vale”.

Os integrantes da força-tarefa dizem que a atuação dos executivos junto aos empregados estaria atrapalhando as investigações. Além disso, a divulgação pela empresa do acordo para pagamento do auxílio emergencial para os atingidos como uma iniciativa da empresa provocou desconforto. De acordo com o promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais André Sperling, a empresa pretendia pagar o auxílio apenas aos moradores das duas localidades mais atingidas – Parque da Cachoeira e de Córrego do Feijão –, mas foi obrigada a estender a indenização para todos os moradores de Brumadinho.

“Não foi bem uma questão de aceitação da Vale. A Vale viu-se compelida a fazer isso. Ela queria (pagar para os moradores) Parque da Cachoeira e Córrego do Feijão”, disse o promotor.

O Estado teve acesso também a um trecho da carta de renúncia dos três diretores, preparada pelo mesmo advogado. Trecho do documento diz: “Estou convencido de que nesse momento de polarização, o melhor que tenho a fazer, tanto para mim como para a Vale é solicitar o afastamento temporário de minhas funções, até que as autoridades concluam suas investigações e possam apurar, independentemente do meu cargo, de forma técnica, legal e imparcial, as causas e circunstâncias do rompimento da barragem”.

Futuro. Com a saída do grupo, a Vale será conduzida, interinamente, pelos diretores remanescentes, sob o comando do diretor executivo de metais básicos, Eduardo Bartolomeo.

Fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast dizem que não há movimentação no mercado, nesse momento, em busca de um substituto.

A mudança definitiva só deve ocorrer em abril, após a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas, quando também são esperadas mudanças no Conselho de Administração da companhia, com a redução do peso da Previ, que hoje ocupa quatro assentos no conselho, e o aumento da presença de conselheiros ligados ao setor de mineração.

Em nota divulgada à noite, a Vale confirmou o afastamento de Schvartsman e dos três diretores. Além de Bartolomeo, que será o presidente interino da mineradora, a companhia confirmou que Claudio de Oliveira Alves vai assumir a área de ferrosos e carvão e Mark Travers ficará na função de diretor executivo de metais básicos.

No documento, a empresa afirma que “permanece em prontidão, na busca de um relacionamento transparente e produtivo com as autoridades brasileiras, visando o esclarecimento dos fatos, a reparação apropriada dos danos e a integridade da empresa”.

Avaliação de risco. Na semana passada, a pressão sobre a Vale aumentou também no campo das finanças. A agência de avaliação de risco Moody's rebaixou a nota da empresa, que perdeu o grau de investimento.

Um segundo rebaixamento, que pode vir da agência Standard & Poor's, poderia obrigar muitos fundos de investimentos estrangeiros a se desfazerem de ações da empresa.

O papel da mineradora já perdeu cerca 25% de seu valor desde 25 de janeiro, quando aconteceu a tragédia em Brumadinho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO

Mercado Aberto

Cerca de 65% da dotação orçamentária para investimentos em estatais foram aplicados no ano passado, de acordo com levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O segmento com os maiores volumes de aportes é o de **minas e energia**, em que estão a Petrobras e Eletrobras.

Se as empresas desse setor forem excluídas, a relação entre investimentos previstos e os que realmente são realizados cai para 43%, segundo flana Ferreira, especialista em Infraestrutura da CNI.

“Em algumas áreas, há um problema sistêmico do baixo nível de execução de investimento. Notadamente as empresas docas, que no ano passado ficaram com um índice de cerca de 18%.”

O problema de haver poucos aportes é que a estrutura se degrada e prejudica a iniciativa privada que depende dela, de acordo com Ferreira.

Algumas das companhias portuárias devem ser privatizadas e já há projetos para isso na secretaria do PPI.

Estatais de transportes usaram 44% da dotação para investimentos, e de comunicação, 33%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Marcelo Leite Jornalista especializado em ciência e ambiente, autor de “Ciência - Use com Cuidado”.

Título: Mudança do clima suscita teorias da conspiração à esquerda e à direita

Filhos da Mãe Terra denunciam marketing capitalista por trás de greve mundial estudantil contra mudança do clima

A coluna da semana passada provocou estudantes brasileiros ao questionar por que não entram greve contra a mudança do clima, como farão secundaristas de várias nações no dia 15. Muitos comentários vieram de negacionistas do aquecimento global à direita no espectro político, mas pelo menos um leitor indicou leituras apontando aí um complô do capital.

No primeiro caso, a reação é bem conhecida. Conservadores nutrem pavor diante de mais regulação ou limites à atividade empresarial, como a obrigação de reduzir emissões de gases do efeito estufa. Sobretudo se isso decorrer de tratados como o Acordo de Paris (2015), esse ensaio de um governo mundial – deus os livre e guarde.

Não por acaso o presidente Jair Bolsonaro (PSL), ainda candidato, falava em tirar o Brasil do acordo (seus ministros hoje desconversam sobre isso). Além de não ter ideia do que se trata, imitou com fidelidade canina a investida de Donald Trump contra os fatos e a ciência.

Tal atitude refratária nunca foi monopólio da direita, encontrando adeptos, por exemplo, entre anti-imperialistas contumazes como os do PC do B. Pois partiu dessa franja política, guarnecida por militantes altermundistas, veganos e feministas da vertente Pachamama, a denúncia de que o movimento iniciado pela sueca Greta Thunberg, 16, serve aos interesses do capitalismo 4.0.

A acusação foi lançada no site Wrong Kind of Green (tipo errado de verde), sob o título “A Fabricação de Greta Thunberg”: a garota teria laços com o movimento We Don’t Have Time (não temos tempo), na realidade uma startup do empresário Ingmar Rentzhog, por sua vez frequentador dos seminários de Albert Gore.

Todos fariam parte, com Banco Mundial, Fórum Econômico Mundial, a ONG 350.org e outras entidades globalistas, de um “complexo industrial não lucrativo” dedicado a impedir o reconhecimento, nas negociações internacionais sobre o clima, dos direitos da Mãe Terra consagrados no Acordo de Cochabamba (Bolívia) por 241 organizações em 2010 (entre elas a brasileira Ibase).

O chanceler Ernesto Araújo lerá com satisfação o texto, que traz informações factuais interessantes sobre o marketing verde por trás –ou pegando carona– do movimento grevista. Mas qual o problema de ganhar dinheiro com plataformas de redes sociais se isso amplificar a mobilização pela coisa certa?

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, informa que o consumo de energia elétrica subiu 3,8% em janeiro, na comparação com o mesmo mês de 2018. Em outros tempos seria boa notícia, um indicador de que a atividade econômica ensaia retomada.

Não é o caso. O consumo industrial, em realidade, observou retração na demanda de 0,4%. Na média, é bom dizer, porque houve setores –como o de química e o de alimentos– em que ela cresceu, respectivamente 8,7% e 2,3%.

Economistas poderão especular por que ocorrem essas discrepâncias setoriais, já a alta geral concomitante com retrocesso industrial exige outra explicação.

O que mais aumentou foi o consumo residencial (8%). A EPE adianta uma razão para tal avanço: as temperaturas mais elevadas em relação ao mesmo período do ano passado, “com a persistência de muitos dias com os termômetros superando 28°C em grande parte do país”.

Há mais gente ligando, ou comprando, aparelhos de ar condicionado. Essa seria também a explicação para o acréscimo de 5,9% na eletricidade utilizada pelo setor comercial.

Não se espante se alguém apontar nisso os interesses da China, de onde importamos tantos condicionadores e ventiladores, ou de capitalistas querendo faturar algum com a mudança do clima que muitos ruralistas, militares e antiglobalistas brasileiros se empenham em negar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Thais Arbex , Joana Cunha e Tássia Kastner

Título: Presidente da Vale se afasta temporariamente após pressão da Procuradoria e da PF

Fabio Schvartsman e outros três executivos da mineradora também deixam seus cargos após tragédia de Brumadinho

BRASÍLIA e SÃO PAULO

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, e três diretores da mineradora se afastaram temporariamente da empresa após pressão do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais e da Polícia Federal.

A decisão foi tomada neste sábado (2) depois de reunião do conselho de administração da empresa e, à noite, a companhia divulgou comunicado sobre a troca temporária no comando.

Na sexta-feira (1º), conforme antecipado pelo Painel, os órgãos de investigação recomendaram o afastamento dos executivos e mais dez funcionários enquanto são apuradas as causas e as consequentes responsabilidades pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

O acidente, ocorrido no dia 25 de janeiro, deixou 186 mortos e 122 pessoas estão desaparecidas.

Os executivos apresentaram cartas de afastamento temporário. Os pedidos foram aceitos pelo conselho da mineradora.

Com a saída de Schvartsman, o diretor-executivo Eduardo Bartolomeodeve assumir interinamente o comando da empresa.

Além de Schvartsman, os três executivos que enviaram cartas com pedido de afastamento temporário foram: Peter Poppinga, diretor-executivo de ferrosos e carvão; Lucio Flavio Gallo Cavalli, diretor de planejamento e desenvolvimento de ferrosos e carvão; e Silmar Magalhães Silva, diretor de operações do corredor sudeste da Vale.

Em carta ao conselho, Schvartsman afirma que decidiu pedir o afastamento temporário da função de diretor-presidente “com a absoluta convicção da retidão” e “do dever cumprido até aqui” em favor da continuidade das operações da companhia e “do apoio às vítimas e a suas famílias”.

“É muito difícil para mim, após décadas de atuação como executivo de algumas das maiores empresas do Brasil, e tendo colhido o reconhecimento de minha dedicação e apoio aos milhares de colegas, colaboradores, acionistas e demais constituintes com quem ombreei ao longo de todos aqueles anos na tarefa de gerar empregos, riqueza, tributos e governança de primeiro nível, retirar-me da linha de frente

Fabio Schvartsman, presidente da Vale

No documento, o executivo afirmou também que “é muito difícil” tomar a decisão pelo afastamento, “após décadas de atuação como executivo de algumas das maiores empresas do Brasil”.

“Mas essa frustração daquilo que percebo como meu dever de dedicação integral às vítimas, a suas famílias, a todos os colaboradores da Vale e ao país, é irrelevante quando comparada à dor que se espalha entre milhares de pessoas neste momento”, diz Schvartsman.

Em sua carte de afastamento, Peter Poppinga também afirma estar convicto de que atuou dentro da legalidade, com retidão de conduta, pautado por responsabilidade social e ambiental.

"Sinto e estou convencido que nesse momento de polarização, o melhor que tenho a fazer, tanto para mim como para a companhia, é solicitar o afastamento temporário de minhas funções, até que as autoridades concluam suas investigações e possam apurar, independentemente do meu cargo, de forma técnica, legal e imparcial, as causas e circunstâncias do rompimento da barragem B1 de Feijão", escreveu Poppinga.

No total, a recomendação dos órgãos de investigação pediu o afastamento imediato de 14 funcionários da Vale. Solicitou também que a companhia orientasse seus empregados a não compartilhar com eles assuntos de teor profissional e que ficasse proibido o acesso dessas pessoas a prédios ou instalações da Vale.

Além dos quatro diretores agora afastados, outros dez cargos são de nível de gerência, geologia ou engenharia. O documento diz também que o afastamento

não exclui futuras recomendações de saída de outros profissionais ainda não listados, conforme o avanço das investigações.

A recomendação, entregue ao advogado do conselho da Vale, Celso Vilardi, estabeleceu um prazo de dez dias para a companhia se manifestar sobre todos os pedidos.

“A omissão da resposta no prazo estabelecido será considerada como recusa ao cumprimento da recomendação”, diz.

De acordo com o MPF, MP e PF, o afastamento dos nomes indicados não exclui a possibilidade de adoção de “medidas mais gravosas” perante a Justiça.

“A presente recomendação não esgota a atuação da Polícia Judiciária nem do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos fatos ora expostos, inclusive e especialmente, a adoção das medidas cabíveis para obtenção do resultado pretendido”, diz o texto.

A recomendação ocorreu uma semana depois de gerentes e técnicos que estavam presos afirmarem em depoimento que diretores da Vale sabiam que havia problemas com a barragem do Córrego do Feijão, que se rompeu em janeiro.

A informação de que o depoimento de um gerente levou a investigação à diretoria executiva da Vale foi revelada pela coluna Mônica Bergamo na terça (26).

No depoimento, o gerente disse que poderia afirmar com certeza e convicção que os dados de avaliação de risco e a probabilidade de ruptura, não apenas de Brumadinho, mas de outras barragens do chamado corredor sul e sudeste, eram de conhecimento dos diretores Silmar Silva e Lúcio Cavalli. Ambos se afastaram neste sábado.

Entre os gerentes alvo da recomendação das autoridades de Minas Gerais, estão sete dos oito que foram detidos no dia 15 e tiveram habeas corpus concedido pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) no dia 27.

Desde a tragédia, as ações da Vale recuaram 16,76%, reflexo do receio de investidores com as punições que poderão ser impostas à mineradora após a tragédia.

Desde a posse de Schvartsman, porém, em maio de 2017, a companhia se valorizou cerca de 75%. Ele foi indicado ao posto em março daquele ano.

A disparada se deu na esteira da reestruturação societária conduzida pelo executivo. O processo levou a Vale a migrar para o Novo Mercado, segmento da Bolsa brasileira com regras mais rígidas de governança corporativa. Os fundos de pensão Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa) seguem como maiores acionistas da companhia, por meio da Litel (21%), mas não têm o controle.

Quando assumiu o cargo, Schvartsman defendeu em seu discurso que a companhia adotasse o lema “Mariana nunca mais”. Além de fazer votos de que a companhia não voltasse a se envolver em um desastre ecológico e social da dimensão de Mariana, o executivo tomou posse destacando o objetivo de realizar uma gestão marcada por performance, governança e sustentabilidade.

Conforme destaca agora em seu pedido de afastamento, Schvartsman teve uma carreira de mais de 40 anos na condução de grandes negócios, com passagens por Klabin, Grupo Ultra e Telemar Participações.

Na semana passada, a agência de classificação Moody's retirou o grau de investimento da companhia ao cortar o rating global atribuído à mineradora Vale de "Baa3" para "Ba1", com perspectiva negativa.

Schvartsman tem 65 anos e é engenheiro formado pela Poli-USP. Ele tem ainda pós-graduação em administração de empresas pela FGV.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Avança a asfixia econômica da ditadura chavista

Sanções americanas estabelecem 29 de abril como data do início do bloqueio de compras de petróleo

A meia-noite de 28 de abril termina o prazo estabelecido pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para que pessoas, empresas e instituições financeiras sob jurisdição americana liquidem ou encerrem todos os negócios com a Venezuela em que estejam direta ou indiretamente envolvidas. O aviso vem sendo repetido desde a decretação das sanções, no final de janeiro. O período de 90 dias de transição foi fixado para evitar prejuízos na miríade de contratos que já estavam fechados.

Significa que a partir da segunda-feira, 29 de abril, começa a principal etapa da asfixia financeira à ditadura chefiada por Nicolás Maduro. Em janeiro foram congelados US\$ 7 bilhões em ativos da petroleira PDVSA e da sua filial

americana, a Citgo. Agora serão bloqueadas importações de petróleo em valor aproximado de US\$ 11 bilhões e quantia similar em operações financeiras diversas, incluindo o seguro de navios fretados. A União Europeia, também, “retirou nossas garantias de segurança” — confirmou a chancelaria venezuelana na sexta-feira.

Essas sanções têm potencial de corrosão política só comparável às aplicadas recentemente ao Irã, que forçaram os aiatolás a negociar um acordo de desarmamento nuclear com o governo Barack Obama. Seus efeitos tendem a ser mais drásticos, porque até janeiro a Venezuela supria 7% do consumo total de petróleo do mercado americano — e os EUA eram seus únicos clientes que pagavam as compras em dinheiro.

China e Rússia recebem óleo em pagamento de dívidas antigas, estimadas em US\$ 80 bilhões. Com esparsas doações de pequenas quantidades de gasolina, têm demonstrado um claro desinteresse em sustentar financeiramente a cleptocracia venezuelana, cujo poder se esvai na esteira do colapso institucional.

Maduro está na situação de um piloto de avião sem combustível. A queda é tão inevitável quanto imprevisível. Poderá ser precipitada por episódios de violência, seja no retorno a Caracas nesta semana do líder opositor Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, ou em ações tresloucadas de aliados enviados a países vizinhos.

Ameaças terroristas já foram detectadas por governos da região e confirmadas pelo próprio Guaidó em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, na última quinta-feira. Havia sido denunciadas por Hugo Carvajal, deputado chavista dissidente, que chefiou o Serviço de Contra-Inteligência das Forças Armadas por quase uma década (de 2004 a 2013) sob Hugo Chávez e Maduro.

Não há cenário suave para o desfecho. Na melhor hipótese, cada vez mais remota, ocorreria a saída pacífica de Maduro e do seu condomínio civil-militar hoje no poder. No legado chavista haverá um país a ser reconstruído, com nível de pobreza triplicado; destruição de 66% das empresas; inflação astronômica; êxodo de 10% da população; recorde de criminalidade, e três milhões de vítimas da falência do sistema médico-hospitalar —entre outros aspectos dessa aventura política irresponsável que a esquerda latino-americana patrocinou e festejou sob o rótulo de “Socialismo do Século XXI”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/03/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: Linhão de Tucuruí**

Leitores

Lamentável o posicionamento do jornalista Merval Pereira que, com tantos anos de imprensa, deveria ter o mínimo de cuidado de checar informações antes de publicá-las no O GLOBO e comentá-las ao vivo na rádio CBN. Em primeiro lugar, não tenho qualquer participação em termelétricas em Roraima (como Merval “ouviu falar” e publicou sem apurar — o que beira uma irresponsabilidade) e sempre defendi a construção do linhão de Tucuruí, obra tantas vezes embargada pelo Ministério Público a pedido da Funai. Além disso, quero deixar registrado que o Conselho Nacional de Defesa se reuniu em dezembro do ano passado e aprovou o encaminhamento do linhão como obra estratégica numa reunião realizada no Palácio da Alvorada, da qual participei, com as presenças do presidente Michel Temer, do ministro da Defesa e dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na ocasião, ficou definido que a construção não começaria pela área indígena mas no sentido Boa Vista-Manaus. Infelizmente, depois deste entendimento, o Ministério Público insurgiu contra a obra mesmo fora de área indígena e continuou a criar problemas para implementação da mesma. Por fim, sempre alertei para o problema da dependência energética do Estado para o qual representei por 24 anos no Senado Federal.

ROMERO JUCÁ
PRESIDENTE NACIONAL DO MDB
BRASÍLIA, DF

Merval responde: Reafirmo a informação, conforme escrevi na coluna, e comentei na CBN.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/03/2019****Seção: O País****Autor: DANIELLE NOGUEIRA E RENAN SETTI****Título: Presidente da Vale deve deixar o comando da empresa**

Força-tarefa que investiga as responsabilidades da tragédia de Brumadinho recomendou afastamento

O diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, deve deixar o comando da empresa. Segundo fontes ligadas aos acionistas da mineradora e ouvidas pelo GLOBO, o Conselho de Administração decidiu destituí-lo do cargo. Na companhia, também há aversão de que Schvartsman entregará uma carta de afastamento por decisão própria.

Outros três diretores da Vale enviaram ontem ao conselho da mineradora pedidos de afastamento temporário até o término das investigações, pouco mais de um mês após o rompimento da barragem em Brumadinho. O colunista Lauro Jardim revelou no site do GLOBO que Gerd Peter Poppinga, diretor-executivo de Ferrosos e Carvão; Lucio Cavalli, diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; e Silmar Silva, diretor de operações do Corredor Sudeste, decidiram se afastar da empresa.

A Vale não se pronunciou. A intenção dos executivos é concentrar esforços em suas defesas e abrir espaço para outros funcionários dirigirem a Vale.

A saída desse grupo de executivos ocorre após integrantes da força-tarefa que apura as responsabilidades pela tragédia de Brumadinho recomendarem que Schvartsman e outros 13 funcionários de alto escalão sejam afastados dos cargos. Se as medidas não forem cumpridas, ações judiciais podem ser tomadas, inclusive com pedidos de prisão.

Os investigadores também querem impedir que os citados tenham acesso a prédios onde funcionam atividades da mineradora. A tragédia deixou 186 mortos e 122 desaparecidos, segundo balanço divulgado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas na quinta-feira.

Além do presidente e dos três diretores que decidiram deixar a mineradora, a recomendação atinge também Alexandre de Paula Campanha (gerente executivo de Governança da Geotecnia Corporativa); Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araujo (gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas); Joaquim Pedro de Toledo (gerente executivo de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste); Cesar Augusto Paulino Grandchamp (geólogo vinculado à Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste); e Rodrigo Artur Gomes de Melo (gerente Executivo do Complexo Paraopeba).

A força-tarefa ainda recomendou o afastamento das funções de cinco outros funcionários, sem impedimento de que tenham acesso às instalações da empresa. A recomendação foi entregue na sexta-feira aos advogados do Conselho de Administração da Vale. A mineradora tem dez dias para decidir se aceita ou não adotar as medidas.

A força-tarefa de Brumadinho é composta pelo Ministério Público de Minas (MP-MG), pelo Ministério Público Federal (MPF), Polícia Civil de Minas e Polícia Federal (PF).

Em nota enviada à TV Globo, a Vale afirma que as recomendações da força-tarefa serão analisadas pelo conselho de administração dentro do prazo estipulado pelas autoridades.

VALE DIZ COOPERAR

“A diretoria da Vale coopera permanentemente com as autoridades encarregadas da investigação, fornecendo absolutamente tudo que lhe é demandado para instruir os procedimentos investigatórios em curso, tendo seus executivos e funcionários se colocado à disposição voluntariamente para prestarem depoimentos com o firme objetivo de auxiliar no esclarecimento das causas do lamentável rompimento da Barragem de Feijão.

As reportadas recomendações conjuntas da Força Tarefa e Polícia Federal foram encaminhadas ao Conselho de Administração da companhia e serão analisadas oportunamente pelo colegiado, dentro do prazo estabelecido.¹ O Corpo de Bombeiros segue na busca pelos corpos de vítimas do rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, que ocorreu em 25 de janeiro, liberando cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/03/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: Presidente da Vale é afastado

Após receber uma recomendação formal da Polícia Federal (PF) e da força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), responsável pelas investigações envolvendo a tragédia de Brumadinho (MG), o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, se afastou temporariamente do cargo. Em carta enviada ao conselho de administração da companhia, que aprovou o afastamento, ele diz que é “muito difícil (...) se retirar da linha de frente, ainda que temporariamente, quando o desafio mais agudo se apresenta”.

A permanência de Schvartsman no comando da empresa estava em xeque desde o rompimento da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro, que matou 186 pessoas. Há 122 desaparecidas, segundo o último balanço da Defesa Civil. Ficou, entretanto, insustentável quando a força-tarefa enviou um documento à

Vale, pedindo inclusive que ele fosse proibido de entrar no prédio.

Apesar de o afastamento ser em caráter temporário, o executivo dificilmente voltará ao comando da mineradora. A saída vem depois que funcionários da Vale presos disseram que diretores da companhia estavam cientes dos riscos de erosão na barragem de Brumadinho. Testes de laboratório teriam mostrado, ainda, que as barragens de rejeitos não eram confiáveis e que a situação de Brumadinho era “tenebrosa”.

Além do presidente, a força-tarefa recomendou o afastamento de três diretores da companhia — Gerd Peter Poppinga, Lúcio Flávio Gallon Cavalli e Silmar Magalhães Silva. Também foi pedido o afastamento de cinco técnicos e gerentes, todos envolvidos com atividades relacionadas à gestão de risco ou ao monitoramento de segurança de barragens: Alexandre de Paula Campanha; Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo; Joaquim Pedro de Toledo; Cesar Augusto Paulino Grandchamp e Rodrigo Artur Gomes de Melo.

Outra recomendação é para que o corpo de empregados da Vale não compartilhe assuntos de “teor estritamente profissional” com esses investigados.

Para outros cinco funcionários foi recomendado apenas o afastamento das funções no grupo Vale, sem estar expresso o impedimento de entrada no prédio. Na lista estão Felipe Figueiredo Rocha; Washington Pirete da Silva; Renzo Albiero Guimarães Carvalho; Cristina Heloiza da Silva Malheiros, responsável técnica pela barragem B1; e Arthur Bastos Ribeiro.

Com a saída do grupo, a Vale deve ser conduzida, interinamente, pelos diretores remanescentes, sob o comando do diretor executivo de Metais Básicos, Eduardo Bartolomeo. Em nota, a companhia informou ainda que Claudio de Oliveira Alves (atual diretor de Pelotização e Manganês) ocupará interinamente a função de diretor executivo de Ferrosos e Carvão e Mark Travers (atual diretor Jurídico, de Relações Institucionais e Sustentabilidade de Metais Básicos) ocupará interinamente a função de diretor executivo de Metais Básicos. A companhia reafirmou ainda que colabora com as investigações sobre a tragédia de Brumadinho.

A força-tarefa que investiga o desastre da barragem da Vale em Minas Gerais é composta por integrantes de uma série de órgãos públicos. Entre elas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e a Polícia Federal.

Fábio Schvartsman já ocupou cargos de alto escalão de grandes empresas, como o Grupo Ultra e a Duratex, além de ter sido o responsável por finalizar o

processo de profissionalização da fabricante de papel e celulose Klabin. Nesse caso, foi o primeiro executivo que não pertence às famílias controladoras a comandar o grupo. Procurada pelo Correio, a PF preferiu não fazer comentários. O Ministério Público não respondeu os questionamentos do jornal.

Mandato ia até 2020

Fábio Schvartsman assumiu o comando da Vale em maio de 2017, depois da tragédia provocada pela Samarco, em Mariana. Tinha previsão de ficar até 2020. A saída de diretores em pleno carnaval, dá tempo de o mercado brasileiro absorver a mudança, uma vez que a Bolsa de Valores de São Paulo só reabre na próxima quarta-feira. No mercado norte-americano, onde são negociadas mais de 70% das ações da Vale, o movimento recomeça na segunda-feira.

Os investidores estão preocupados, porque a mineradora perdeu o grau de investimento da agência Moody's, na semana passada, e não está totalmente afastado um segundo rebaixamento, desta vez pela Standard & Poor's, o que pode mexer com fundos estrangeiros. Há um receio de que eles queiram se desfazer das ações da empresa, o que reduziria ainda mais o preço dos papéis, que já sofreram queda de 25% desde a tragédia de Brumadinho.

A expectativa é de que a Vale só mude definitivamente a diretoria em abril, depois da Assembleia Geral Ordinária de acionistas, quando também deve haver mudanças no Conselho de Administração, para a inclusão de membros mais ligados à mineração, atividade-fim da companhia.

MME / ASCOM .